

Empresários não arriscam previsão sobre economia nos próximos meses

SÃO PAULO (O GLOBO) — Existem ao menos um ponto de consenso entre os empresários com relação às perspectivas da economia brasileira neste segundo semestre: um sentimento de total perplexidade sobre o que realmente poderá acontecer no País. Como bem definiu o Vice-Presidente do grupo Duratex, Laerte Setúbal, os próximos meses serão muito difíceis, principalmente em função da alta inflacionária e do controle de preços. Para ele, somente as empresas que tiverem boa liquidez e recursos em caixa é que conseguirão sobreviver à crise.

Já o presidente da Associação Commercial de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, afirma que devido a manutenção da alta inflacionária e a indefinição em relação à assinatura do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) não é possível fazer uma estimativa concreta do desempenho da

— A verdade é que temos um ponto de interrogação sobre o que vai acontecer neste semestre — disse Afif Domingos quem afirmar afirma que sabe como vamos fechar as contas este ano está mentindo. Como é que se pode trabalhar e fazer previsões se nem as próprias autoridades econômicas sabem o que dizem?

MEDIDAS TARDIAS

O Diretor-Presidente do grupo Gerdau, Jorge Gerdau Joha Peter, pondera que o Governo tomou uma série de medidas corretivas — corte no déficit público, redução dos subsídios, criação de um mecanismo redutor para a correção monetária, desvinculando-a da correção cambial e reajuste salarial até 80 por cento do INPC — para conter a inflação.

No entanto, ele acredita que essas medidas deveriam ter sido adotadas há dois anos, para que "a dose a ser aplicada ao doente fosse de menor intensidade".

— O atraso nas decisões econômicas para reequilibrar o balanço de pagamentos — disse Gerdau — fará com que passemos por mais tempo de dificuldades.

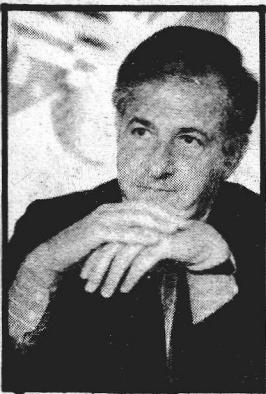
O Presidente do Grupo Brasilinvest, Mário Garnero, encara com muita cautela os próximos meses. Também Vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Garnero considera que o desempenho do País dependerá das negociações com o FMI e da capacidade das autoridades monetárias em reverter o "danoso" processo inflacionário, apontado por ele como o principal problema brasileiro:

— Não tenho dúvida de que hoje o grande problema do País é a alta inflacionária — ressalta o empresário. Considero mais importante reduzi-la para um nível mais baixo do que até mesmo a renegociação da dívida externa.

O Presidente do grupo Brasilinvest entende que economia nenhuma é capaz de suportar inflação de 160 ou 180 por cento por muito tempo.



GERDAU



GARNERO



SETÚBAL

Assinala que o Governo deve tomar providências para que o índice caia já no próximo ano para um patamar menor. O nível ideal, explica, seria que, em 1984, a inflação se situasse em 30 por cento acima da média da taxa inflacionária mundial — hoje em torno de dez por cento.

— Ou o País adota medidas para promover uma efetiva redução da inflação ou dificilmente teremos condições de reativar o crescimento econômico — disse Garnero.

AJUSTES NECESSÁRIOS

Afif Domingos concorda com Mário Garnero, mas considera a inflação real de julho (13,3 por cento), bem como a dos próximos meses, um reflexo dos ajustes promovidos pelas autoridades econômicas, especialmente o corte nos gastos públicos e subsídios. No seu entender, no primeiro momento essas medidas agravam e elevam ainda mais a inflação; porém, a médio prazo, tendem a forçar o índice a uma queda efetiva.

— Este ano já perdemos a guerra para a inflação, que deve fechar acima de 160 por cento. No entanto, acredito que será possível que ela caia para um patamar menor em 1984 — afirma Afif Domingos.

O Presidente da indústria de plástico Troll, Dílson Funaro, diz não gostar de fazer previsões sobre as perspectivas do país, em razão das constantes modificações introduzidas na política econômica pelo Governo. No entanto, mantidas as linhas traçadas pelas autoridades ele entende que o País enfrentará, nos próximos meses, dois problemas que se interrelacionam: a manutenção da queda do nível de atividade e o aumento do desemprego. Isto quer dizer o agravamento da recessão, a qual deverá continuar por mais dois ou três anos.

Funaro enfatiza que a carta de intenção a ser assinada pelo Governo brasileiro com o FMI para a liberação da segunda parcela do empréstimo de US\$ 400 milhões praticamente obriga as autoridades a promover novas contenções de despesas orçamentárias, visando conter a alta inflacionária, o que provocará ainda mais desaquecimento da economia.

Segundo ele, no documento do

FMI está previsto um corte de 50 por cento nos gastos públicos em relação a 1982, levando o País a uma maior retração da demanda e, consequentemente, queda no nível de emprego.

— O novo acordo a ser assinado a qualquer momento com o FMI terá graves implicações — disse. Em síntese, o País será obrigado a utilizar todos os recursos, obtidos com superávit na balança comercial para pagar os juros da dívida externa.

RENEGOCIAÇÃO

Mário Garnero defende a imediata renegociação da dívida externa com a comunidade financeira internacional. O Vice-Presidente da CNI assegura existir um "clima favorável" entre os banqueiros e autoridades dos países credores para que o Brasil apresente um plano para o pagamento dos débitos externos num prazo mais longo, de forma a permitir que a economia brasileira tenha condições de voltar a crescer. Concretamente, ele propõe que o Brasil obtenha dos credores um prazo de carência de dez anos e que possa saldar o principal da dívida em 20 anos.

Ao mesmo tempo, Garnero observa que o FMI deve obter posição mais flexível, ao analisar as contas brasileiras. Para ele, o FMI não pode continuar avaliando a economia brasileira sob "uma lupa microeconómica", desprezando os riscos políticos de suas exigências.

Na sua opinião, este plano de pagamento do endividamento externo em prazo mais dilatado é fundamental para que o País tenha condições de reativar sua economia. Afinal, pondera, nenhuma nação tem capacidade de saldar seus débitos com os credores externos se adota por muito tempo uma política recessiva.

Afif Domingos também é favorável a uma mudança na política econômica, no sentido de permitir que o País volte a crescer. Para o Presidente da Associação Commercial de São Paulo, não é possível preocupar-se em criar mecanismos, para tentar diminuir a queda no nível de emprego se por um lado o País enfrenta uma alta inflacionária — e portanto a manutenção em elevados níveis as taxas de juros, ao mesmo tempo em que o Produto Interno Bruto (PIB) tende a ser negativo.